



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
em defesa da sociedade
Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

CONTRATO Nº. 021/2013-PGJ

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS PARA COPEIRAGEM
QUE CELEBRAM ENTRE SI O
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE RONDÔNIA E A
EMPRESA E.R.P. DE OLIVEIRA &
CIA LTDA - ME.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.381.083/0001-67, com sede na Rua Jamary, nº. 1555, bairro Olaria, Porto Velho/RO, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Héverton Alves de Aguiar, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **E.R.P. DE OLIVEIRA & CIA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ n. 10.927.661/0001-10, com sede na Avenida Farquar, n. 2623, Bairro Arigolândia, em Porto Velho/RO, neste ato representada pela Sra. Elen Rubia Pereira de Oliveira, portadora do CPF n. 751.613.702-20, RG n. 4537531 SSP/GO, representante legal, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente contrato de prestação de serviços, nos termos da Lei nº. 8.666/93, com as alterações introduzidas pelas Leis nº. 8.883/94 e nº. 9.648/98, originada através de contratação emergencial, conforme Processo Licitatório n. 17/2013, Pregão Eletrônico n. 16/2013, com sessão realizada em 12 de junho de 2013, conforme Processo administrativo nº. 2013001120006802, que fazem parte integrante deste contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de copeiragem a ser realizada no Edifício Sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Rondônia, em Porto Velho/RO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO INÍCIO DA EXECUÇÃO E DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato terá início a partir da data de publicação do extrato de contrato, com duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por acordo entre as partes, conforme o inciso II do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

Parágrafo único. A empresa contratada deverá iniciar a execução dos serviços em até 30 (trinta) dias após a publicação do extrato do contrato, mediante



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

autorização expressa do gestor do contrato ou outro servidor do CONTRATANTE, designado por meio de documento escrito ou eletrônico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor total global estimado para o presente contrato é de R\$ 114.520,00 (cento e quatorze mil quinhentos e vinte reais), a serem pagos em parcelas mensais e sucessivas de acordo com a utilização dos serviços e conforme proposta comercial da empresa, em até 30 (trinta) dias contados da entrega ou apresentação da fatura/nota fiscal pela CONTRATADA, condicionadas à apresentação da documentação pertinente (item 16.2 do Edital licitatório).

§ 1º. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00032876, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(12/100)}{365} \quad I = 0,00032876$$

TX = Percentual da taxa anual = 12%.

§ 2º. Caso a data de pagamento recaia em sábado, domingo ou feriado, o vencimento fica automaticamente prorrogado para o dia útil posterior, sem quaisquer encargos adicionais ao CONTRATANTE.

§ 3º. Os valores para as espécies de serviços a serem prestados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 01 (um) ano, de acordo com a Lei n. 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes conforme previsão editalícia ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie.

§ 4º. Em caso de prorrogação de prazo do compromisso firmado neste contrato, as partes poderão em comum acordo, efetuar reajuste do preço constante na proposta comercial da empresa, utilizando-se como referência para a correção pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Estadual.

§ 5º. Os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA, serão



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

depositados pelo CONTRATANTE em conta vinculada específica, conforme o disposto no anexo VII da Instrução Normativa nº 002, de 30 de abril de 2008, que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não, e somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

- a) Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13^{os} salários, quando devidos;
- b) Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;
- c) Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13^{os} salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
- d) Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e
- e) O saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

§ 6º. Em caso de não aprovação da Nota Fiscal, por motivo de incorreção, rasuras ou imprecisão, será ela devolvida à Contratada para a devida regularização, caso em que o prazo referido no subitem 16.2 deste Edital passará a fluir após a reapresentação da nota fiscal devidamente corrigida.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas referentes ao objeto mencionado neste contrato correrão à conta do Programa de Trabalho nº. 0312212802002, natureza da despesa n. 339037, constante do processo administrativo nº. 2013001120006802 e nota de empenho nº. 2013NE01786.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que o CONTRATANTE, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar no valor inicial atualizado do objeto adjudicado, respeitados o limite de até 25% (vinte e cinco por cento). Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, através de aditamento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Obriga-se a CONTRATANTE a:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

a) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da Contratada às dependências do CONTRATANTE;

b) Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;

c) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

d) O contrato terá como Gestor o Chefe da Seção de Serviços Gerais, e será fiscalizado por servidor indicado pelo gestor do contrato, sendo que a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas será realizada pelo Departamento de Recursos Humanos e das obrigações tributárias será realizada pelo Departamento de Orçamentos e Finanças ambos do CONTRATANTE;

e) Fornecer todos os materiais, produtos e equipamentos necessários à execução dos serviços;

f) Substituir a suas expensas quaisquer equipamentos, materiais e produtos por serem considerados pela fiscalização inadequados à prestação dos serviços contratados ou contrariar as disposições deste termo de referência;

g) Fazer a manutenção dos equipamentos utilizados na execução dos serviços da forma e na periodicidade previstas nos respectivos manuais;

h) Disponibilizar armário para uso exclusivo dos empregados da CONTRATADA;

i) Efetuar o pagamento da fatura/nota fiscal mensal no prazo avençado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;

j) Notificar oficialmente à CONTRATADA as ocorrências e infrações verificadas na execução do contrato;

k) Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA através de seus representantes legais;

l) Proporcionar as facilidades ao seu alcance para que a CONTRATADA possa conduzir a bom termo a execução dos serviços;

m) Estipular o horário para execução dos serviços sem acarretar novos custos à CONTRATADA, além dos previstos na planilha de custos apresentada durante o processo licitatório;

n) Não permitir que seus integrantes pratiquem atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

1) exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou encarregados indicados, exceto os fiscais, para solicitar correções na execução dos serviços;

2) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;

3) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
em defesa da sociedade
Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

distintas daquelas previstas no objeto deste termo de referência e em relação à função específica do empregado alocado;

4) considerar, para qualquer efeito, os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato, compromete-se a CONTRATADA:

a) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços;

b) responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

c) arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados durante a execução dos serviços;

d) prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

e) implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

f) atender prontamente quaisquer exigências do representante do CONTRATANTE, inerentes ao objeto;

g) prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem;

h) comunicar ao fiscal da CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

i) manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação (INSS, FGTS, Tributos Estaduais e outras solicitadas) e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93;

j) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

k) assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE, cujas providências serão adotadas pelo seu preposto;

l) responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência, bem como, pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;

m) é expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE bem como, não empregar em seu quadro de funcionários cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, de membros e/ou servidores no exercício de cargos comissionados de direção, chefia e assessoramento da CONTRATANTE, em atendimento ao que dispõe as Resoluções n. 01/2005; 07/2006 e 21/2007, todas do Conselho Nacional do Ministério Público, durante a execução dos serviços mencionados;

n) é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;

o) Não subcontratar outra empresa para a execução do objeto do contrato, salvo para execução de serviços especializados desde que previamente autorizado pelo CONTRATANTE;

p) garantir a continuidade dos serviços, mesmo em casos de greve;

q) fornecer as informações adequadas quanto às condições de prestação dos serviços, às tarifas e aos preços praticados;

r) encaminhar ao fiscal do CONTRATANTE, em Porto Velho-RO, mensalmente, a Fatura/Nota fiscal Agrupada de todos os serviços prestados. A Fatura/Nota Fiscal deverá ser entregue em até 10 (dez) dias antecedente à sua data de vencimento;

s) A CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE relação dos empregados encarregados da execução ou fiscalização dos serviços a que se refere o presente termo de referência, contendo, no mínimo, nome e número da carteira de identidade e CPF:

I. A relação de que trata o item anterior deverá ser protocolada junto ao gestor do contrato e mantida atualizada durante toda vigência contratual;

II. Não será permitido o acesso ao prédio da Procuradoria-Geral de Justiça de empregados sem uniforme e/ou sem portarem crachá;

III. A CONTRATADA manterá seu pessoal, durante a permanência das dependências dos imóveis do CONTRATANTE, uniformizado e identificando através de crachá, com fotografia recente;

IV. A CONTRATADA não permitirá o acesso de seus empregados às áreas classificadas como restritas, exceto com autorização expressa do servidor responsável pelo local, pelo gestor ou fiscal do Contrato;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

V. Os empregados da CONTRATADA, enquanto nas dependências do CONTRATANTE, estarão sujeitos às suas normas internas de segurança.

t) Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- 1) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- 2) Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e
- 3) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados na execução dos serviços.

u) Realizar, durante a execução dos serviços, a coleta seletiva de resíduos sólidos, separando, pelo menos, os secos e não contaminados, dos úmidos, orgânicos ou contaminados, acondicioná-los em local determinado pelo CONTRATANTE para que seja dada destinação específica;

v) Não retirar materiais, produtos ou equipamentos utilizados na execução dos serviços objeto deste termo de referência das dependências dos imóveis do CONTRATANTE;

w) Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação pelo gestor, qualquer empregado que infrinja as cláusulas contratuais, as normas da alínea anterior ou que seja considerado pelo gestor com conduta inconveniente ao ambiente de trabalho no CONTRATANTE;

x) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, no que couber, as normas internas do CONTRATANTE pertinentes ao objeto deste termo de referência;

y) Reparar, corrigir, remover ou substituir, imediatamente e às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, sendo, ainda, responsável pelos prejuízos e danos causados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros; Apresentar, previamente, amostra dos uniformes que serão utilizados pelos empregados alocados, ao gestor e ao fiscal do contrato para aprovação.

z) Fiscalização dos serviços:

1. Nomear preposto específico para gerenciar e supervisionar a execução do objeto contratado, credenciando-o junto ao CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após a assinatura do presente contrato;

2. Os empregados deverão reportar-se ao preposto ou encarregado da CONTRATADA devendo este comparecer ao local para vistoriar a execução dos serviços e cumprimentos das demais condições estabelecidas neste termo de referência, pelo menos uma vez por semana, em dia útil e no horário de expediente para o CONTRATANTE, apresentando-se ao fiscal local.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

Parágrafo único. O exercício da fiscalização pelo CONTRATANTE não excluirá, nem reduzirá, as responsabilidades de competência da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA REJEIÇÃO

Ao CONTRATANTE assiste o direito de recusar o serviço, mediante reclamação formal, desde que não esteja em conformidade com o ajustado, onde se consignarão os motivos da recusa.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

A inadimplência da CONTRATADA, sem a devida justificativa aceita pelo CONTRATANTE, quanto ao período de entrega ou no cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste instrumento, implicará na aplicação das sanções dos arts. 86 a 88 da Lei nº. 8.666/93 e nas abaixo discriminadas:

- a) advertência escrita direta ou publicada;
- b) nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na prestação dos serviços ou descumprimento de cláusula contratual, será aplicada multa à CONTRATADA de 2% (dois por cento) mais multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) ambos sobre o valor da parcela do contrato ou serviço correspondente, por dia de atraso;
- c) possibilidade de rescisão unilateral do contrato, após o não fornecimento do objeto por 16 (dezesesseis) dias, sempre observado o interesse do CONTRATANTE.

§1º. Quando aplicada a multa prevista na alínea “b” será ela compensada por ocasião do pagamento dos valores devidos, pelo CONTRATANTE, conforme os artigos 368 a 380 do Código Civil.

§ 2º. Na hipótese da alínea “c”, a empresa faltosa será notificada a recolher em favor do CONTRATANTE a importância remanescente da multa prevista na alínea “b”, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data da rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas nos artigos 87 e 88 da Lei nº. 8.666/93, podendo ainda, ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, ou sobre o valor correspondente a parte não executada, no caso de inexecução parcial, a ser recolhida no prazo de quinze dias, contado da comunicação oficial;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 02 (anos), nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
em defesa da sociedade
Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

de 1993 e Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

§ 3º. Em caso de atraso injustificado de pagamento por parte da CONTRATADA, incidirá, sobre os valores devidos, o mesmo percentual de multa aplicável à empresa faltosa, previsto na alínea "b".

§ 4º. Na hipótese da CONTRATADA praticar quaisquer das infrações abaixo discriminadas, o CONTRATANTE poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar multa de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) até o máximo de 2,0% (dois por cento) sobre o valor da parcela do contrato, conforme tabelas a seguir:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,05%
2	0,10%
3	0,20%
4	0,40%
5	2,00%

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais. Multa incidente por ocorrência.	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais. Multa incidente por dia e por unidade de atendimento.	5
3	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados. Multa incidente por empregado e por dia.	3
4	Retirar quaisquer equipamentos ou materiais de limpeza e higiene, previstos em contrato, sem autorização prévia do Ministério Público. Multa incidente por item e por ocorrência.	4
5	Manter em estoque materiais de limpeza e higiene fora das especificações previstas no edital, sem a autorização formal do Ministério Público. Multa incidente por item e por dia.	3
6	Diluir produto concentrado na proporção diferenciada daquela indicada pelo fabricante. Multa incidente por item e por dia.	2
7	Diluir os produtos de limpeza e conservação que já vêm prontos para consumo. Multa incidente por item e por dia.	2
8	Permitir a presença de empregado que não tenha sido previamente identificado pelo Ministério Público, desuniformizado e/ou sem crachá. Multa incidente por empregado e por ocorrência.	2
9	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização. Multa incidente por serviço e por dia.	2
10	Retirar empregados ou prepostos do serviço durante o expediente, sem a	4



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

	anuência prévia do Ministério Público. Multa incidente por empregado e por dia.	
11	Deixar de fornecer os equipamentos necessários, em perfeitas condições de uso. Multa incidente por item e por dia.	5
12	Deixar de prestar manutenção aos equipamentos e seus acessórios. Multa incidente por item e por dia.	3
13	Deixar de fornecer todos os materiais de limpeza e higiene, em quantidades adequadas para a perfeita execução dos serviços objeto desta licitação. Multa incidente por item e por dia.	2
14	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal. Multa incidente por empregado e por dia.	1
15	Deixar de pagar os salários e entregar os vales-transporte e/ou vales alimentação nas datas avençadas. Multa incidente por ocorrência e por dia.	4
16	Deixar de efetuar a reposição de empregados faltosos. Multa incidente por empregado e por dia;	3
17	Deixar de substituir os equipamentos que apresentarem rendimento insatisfatório e baixa qualidade nos serviços executados. Multa incidente por item e por ocorrência;	3
18	Deixar de substituir os equipamentos que apresentarem defeitos em até 24 (vinte e quatro) horas. Multa incidente por item e por dia.	3
19	Deixar de fornecer Equipamentos de Proteção Individual - EPIs aos seus empregados e de exigir sua utilização na forma da legislação vigente. Multa incidente por empregado e por ocorrência.	2
20	Deixar de fornecer uniformes nas quantidades e periodicidade estabelecidas no contrato. Multa incidente por empregado e por dia.	2
21	Deixar de cumprir quaisquer obrigações constantes no edital e seus anexos não previstas nesta tabela de multas. Multa incidente por item e por ocorrência.	2
22	Deixar de realizar treinamento e/ou reciclagem de seus empregados. Multa incidente por ocorrência.	1
23	Deixar de orientar e exigir de seus empregados a postura e compostura compatíveis com o ambiente de trabalho.	4
24	Permitir que seus empregados divulguem assuntos de interesse Institucional que tomar conhecimento.	5

a) Ocorrendo reincidência, por 3 (três) vezes, nas infrações de que trata o subitem anterior, poderá ser aplicada a sanção prevista na alínea "e" deste subitem.

b) As multas mencionadas nas alíneas anteriores serão acumulativas.

c) A CONTRATADA, quando não puder cumprir os termos pactuados, nos casos previstos no art. 57, § 1º, II e V da Lei n. 8.666/93, deverá apresentar justificativa por escrito ao gestor do contrato, que providenciará o encaminhamento, devidamente instruído ao Secretário-Geral, ficando a critério deste a aceitação.

d) Pelo descumprimento total ou parcial do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE Público poderá rescindir o contrato, anular o empenho e/ou aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

e) As multas devidas e os prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da Lei.

f) No caso de inadimplência se a CONTRATADA não tiver valores a receber, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

g) A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho ou a rescisão do contrato, não impedem que o CONTRATANTE aplique à Contratada as demais sanções previstas no art. 87 da Lei n. 8.666/93 (advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade).

h) A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho ou a rescisão do contrato, ou todas as sanções relacionadas será precedida de procedimento administrativo, garantindo-se a ampla defesa e o contraditório por parte da CONTRATADA.

i) As multas previstas neste item não têm caráter indenizatório e o seu pagamento não eximirá a empresa da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§ 5º. Para todas as penalidades previstas nesta Cláusula, será garantida a defesa prévia da CONTRATADA, com a observância da ampla defesa e do contraditório, que deverá ser apresentada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Constituem motivos para a rescisão deste contrato os casos enumerados nos incisos I a XVII do art. 78 da Lei nº. 8666/93, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A rescisão deste contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, independentemente de aviso ou notificação judicial, sem que caiba qualquer direito à CONTRATADA, se a mesma incorrer em qualquer dos motivos enumerados no inciso I a XII e XVII do supracitado artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE fará publicar no Diário de Justiça do Estado o resumo do presente contrato, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, para todos os efeitos, a proposta comercial da CONTRATADA, os documentos que compõem o processo licitatório n. 17/2013, contrato social e o instrumento legal que dá poderes ao representante dessa.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos não previstos expressamente neste contrato serão dirimidos por acordo entre as partes, nos termos da Lei nº. 8.666/93, alterada pelas Leis nº. 8.883/94 e nº. 9.648/98 e, na ausência de previsão destes diplomas legais, valerão as regras dos contratos do direito privado (art. 54 da Lei nº. 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ADEQUAÇÃO DE PREÇOS

Durante o período de vigência do contrato, os preços não serão reajustados, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes conforme previsão editalícia ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie.

§1º. O diferencial de preço entre a proposta inicial da CONTRATADA e a pesquisa de mercado efetuada pelo CONTRATANTE à época da abertura das propostas durante a fase de licitação, bem como eventuais descontos concedidos pela CONTRATANTE, serão sempre mantidos.

§2º. Durante a vigência do contrato, os preços deverão permanecer compatíveis com os preços de mercado. Independente de provocação do CONTRATANTE, no caso de redução nos preços de mercado, ainda que temporária, a CONTRATADA obriga-se a comunicar ao CONTRATANTE o novo preço que substituirá o então fixado, podendo esta agir de ofício.

§3º. Caso a CONTRATADA venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada a restituição do que tenha recebido indevidamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CAUÇÃO

Fica estipulada caução de 5% (cinco por cento) equivalente ao valor global do contrato, devendo ser apresentada como condição para o início da execução contratual, em uma das modalidades previstas nos incisos do § 1º do art. 56 da Lei nº. 8.666/93, ficando retida até o término de validade do contrato.

Parágrafo único. Obriga-se à CONTRATADA a atualizar a garantia oferecida sempre que o presente contrato for objeto de prorrogação de prazo de vigência, acréscimo ou diminuição de valores e realinhamento ou reajuste de preços, devendo realizar a obrigação dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis após a formalização do novo ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

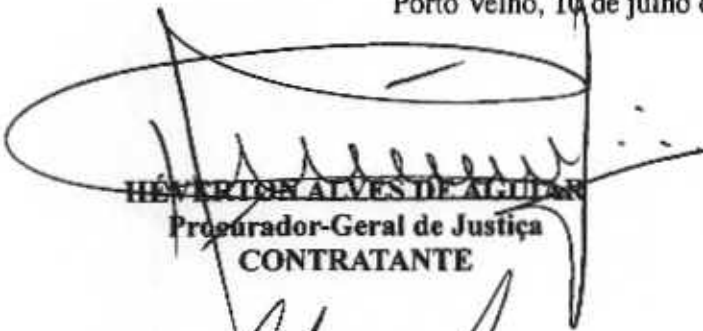
Fica eleito o foro de Porto Velho/RO, preterido qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.



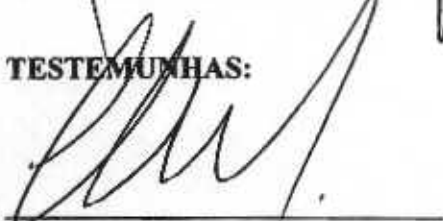
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
em defesa da sociedade
Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

Assim ajustadas, as partes celebram o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

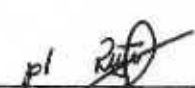
Porto Velho, 10 de julho de 2013.



HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:


Christian Norimitsu Ito
RG 507.266 – SSP/RO – CPF 612.647.762-68


ELEN RUBIA PEREIRA DE OLIVEIRA
Representante legal
CONTRATADA


Renato Luiz Gomez da Silva
RG nº. 44041742-9 - SSP/SP – CPF nº. 842.479.592-04


ROSÂNGELA MOIA MAIA
RG nº. 437.959.002-04
Técnica Administrativo
Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

RG: 44038/RJ
CPF: 437.959.002-04

de higiene e saúde pública, resguardando os consumidores de contato com alimentos/produtos em desacordo com a legislação, bem como promover o necessário para que a Vigilância Sanitária cumpra seu mister nos estabelecimentos comerciais nas cidades integrantes da Comarca de Ouro Preto do Oeste.

EXTRATO DE PORTARIA

Procedimento n. 2011001010019188

Data da instauração: 18 de junho de 2013

Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/2ª Titularidade

Promotora: Dra. Priscila Matzenbacher Tibes Machado

Interessado: Curadoria da Cidadania.

Assunto: Conversão de Procedimento Preparatório para Inquérito Civil Público n.º 430/2013: "Apurar e fiscalizar o cumprimento das normas que tratam da política de acessibilidade para portadores de deficiência física e com mobilidade reduzida pela Associação dos Pecuaristas de Ariquemes (APA) e adotar outras providências".

EXTRATO DO ARQUIVAMENTO**PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO**

MPRO 2013001010007575

PORTARIA 001/2013

Data de instauração: 02/05/2012

Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Pimenta Bueno

Promotor: Dra. Marcília Ferreira da Cunha e Castro

Interessado: Sérgio Batista dos Santos

Assunto: Apurar as condições em que se realizam o transporte intermunicipal de estudantes, realizado por Sérgio Batista dos Santos.

Arquivamento: "Ante ao exposto, determino o arquivamento do feito, enviando ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para fins de homologação, na forma do artigo 28, §1º, da Resolução n.º 005/2010-CPJ."

Pimenta Bueno-RO, 18 de julho de 2013.

Marcília Ferreira da Cunha e Castro

Promotora de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA

Procedimento n. 2012001010028405

Data da instauração: 17 de junho de 2013

Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/2ª Titularidade

Promotora: Dra. Priscila Matzenbacher Tibes Machado

Interessado: Curadoria da Saúde.

Assunto: Conversão de Procedimento Preparatório para Inquérito Civil Público n.º 428/2013: "Apurar eventuais irregularidades por parte de servidor(a) público(a) municipal de Ariquemes-RO".

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DO CONTRATO N.º 21/2013-PGJ

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ sob n.º 04.381.083/0001-67, localizado na Rua Jamari, n.º 1555, bairro Olaria, Porto Velho/RO.

CONTRATADO: E.R.P. DE OLIVEIRA & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ n.º 10.927.661/0001-10, com sede na Avenida

Farquar, n. 2623, Bairro Arigolândia, em Porto Velho/RO.

DO OBJETO: O objeto deste contrato é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de copeiragem a ser realizada no Edifício Sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Rondônia, em Porto Velho/RO.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de publicação do extrato de contrato, com duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por acordo entre as partes, conforme o inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93.

DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO: O valor total global estimado para o presente contrato é de R\$ 114.520,00 (cento e quatorze mil quinhentos e vinte reais), a serem pagos em parcelas mensais e sucessivas de acordo com a utilização dos serviços e conforme proposta comercial da empresa, em até 30 (trinta) dias contados da entrega ou apresentação da fatura/ nota fiscal pela CONTRATADA, condicionadas à apresentação da documentação pertinente (item 16.2 do Edital licitatório).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas referentes ao objeto mencionado neste contrato correrão à conta do Programa de Trabalho n.º 0312212802002, natureza da despesa n.º 339037, constante do processo administrativo n.º 2013001120006802 e nota de empenho n.º 2013NE01786.

DO FORO: Fica eleito o foro de Porto Velho/RO, preterido qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Porto Velho, 10 de julho de 2013.

HÉVERTON ALVES DE AGUIAR

Procurador-Geral de Justiça

CONTRATANTE

ELEN RUBIA PEREIRA DE OLIVEIRA Representante legal

CONTRATADA

PORTARIA N.º 1477

22 DE JULHO DE 2013

O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar n.º 93, de 03.11.1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria n.º 0129, de 05.02.2010, publicada no DJ/RO n.º 028, de 11.02.2010, e, ainda, o contido no Processo n.º 2013001120010069,

R E S O L V E:

ADMITIR a estudante NARA LÉIA MENDES DANTAS, como Estagiária Administrativa, por ter atendido às exigências e formalidades contidas na Resolução 03/2010-CSMP, de 29 de janeiro de 2010, para preenchimento de vaga existente na cidade de Porto Velho, com efeitos a partir de 22.07.2013.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRE-SE.

RENATO GRIECO PUPPIO

Promotor de Justiça

Secretário-Geral

PORTARIA N.º 1479

22 DE JULHO DE 2013

O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar n.º 93, de 03.11.1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria n.º 0129, de 05.02.2010, publicada no DJ/RO n.º 028, de 11.02.2010, e, ainda, o contido no Processo n.º 2013001120008436,